



PROJETO EXECUTIVO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

**Implantação, Gestão, Operação e Manutenção de Unidades
De Atendimento Integrado ao Cidadão - GANHA TEMPO**

Novembro/2015

Sumário

PROJETO EXECUTIVO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA	1
1 Apresentação	3
2 Contexto do Projeto PPP GANHA TEMPO	3
3 Benefícios	5
4 Localidades Atendidas.....	7
5 Estimativa de Demanda	7
6 Órgãos e Serviços por Unidade GANHA TEMPO.....	8
7 Municípios - Poligonal de Localização/Áreas de Interesse.....	8
8 Modelo de Governança.....	12
9 Modelo Econômico-Financeiro.....	12
10 Modelo Jurídico	13
11 Valor Projetado do Investimento.....	14
12 Garantia.....	14
13 Qualidade	14
14 Cronograma de Implantação.....	15

1 Apresentação

O Governo do Estado de Mato Grosso publicou em junho do corrente ano o Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI com o objetivo de desenvolver os estudos jurídicos, técnicos e de viabilidade econômico-financeira visando trazer um novo conceito de prestação de serviços públicos e ampliar o Programa GANHA TEMPO para implantar 07 (sete) novas unidades nos municípios de Barra do Garças, Cáceres, Cuiabá, Lucas do Rio Verde, Sinop e Rondonópolis, e mais recentemente Várzea Grande, através de Parceria Público-Privada-PPP.

O Projeto PPP GANHA TEMPO trata de itens referentes à implantação, gestão, operação e manutenção das Unidades GANHA TEMPO, dando uma visão geral e detalhada do seu funcionamento, sua execução e a entrega dos serviços, através do completo mapeamento dos elementos indispensáveis para a sua operacionalização.

O componente técnico é o principal norteador dos estudos realizados pois define de forma objetiva as diretrizes que embasarão o funcionamento das Unidades GANHA TEMPO. O projeto demonstra, de forma bem delineada, como as unidades devem ser implementadas e administradas pela iniciativa privada, já que ela passará a administrar e gerir a prestação de serviços ao cidadão, garantindo a qualidade e eficiência que modelos dessa natureza requerem.

As Unidades GANHA TEMPO com gestão e operação através de Parceria Público-Privada passarão a ter uma estrutura organizacional bem definida, com a identificação clara de papéis e responsabilidades entre as partes/entes envolvidos, de forma a constituir uma base sólida que permita uma gestão dinâmica, de parceria, que atenda as necessidades de inovação e melhorias constantes que o modelo de atendimento presencial ao cidadão requer.

2 Contexto do Projeto PPP GANHA TEMPO

No embalo da implantação das Unidades de Atendimento Integrado ao Cidadão que surgiram no Brasil em meados dos anos 90 e que criaram um novo conceito para a prestação de serviços públicos no país, o Estado de Mato Grosso também criou seu próprio programa em 2001, denominado Programa GANHA TEMPO, que consistiu na implantação da Unidade de Atendimento

Integrado na Praça Ipiranga, centro de Cuiabá, reunindo num mesmo espaço físico diversos órgãos com variados serviços para atender à população da capital.

O Programa GANHA TEMPO foi inicialmente criado pelo Decreto nº 2.927, de 09 de agosto de 2001, no âmbito da Secretaria de Administração passando, a partir de 2002, a ser gerido pela Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SETAS (antes SETECS), conforme dispõe a Lei nº 7.684, de 19 de junho de 2002.

Na sistemática de sua concepção, o Programa GANHA TEMPO possui equipe própria para as atividades operacionais, sendo todas as despesas de custeio e investimentos são realizadas pela área sistêmica da Secretaria de Estado de Trabalho e Asssitência Social - SETAS.

Por determinação do Governador do Estado e sob a responsabilidade da SETAS, o Estado de Mato Grosso entendeu ser preciso adotar um novo modelo de gestão, optando pelas Parcerias Público Privadas – PPP's como meio de promover um conceito diferente de entrega de serviços ao cidadão.

Este conceito se apresenta no Projeto PPP GANHA TEMPO onde a proposta de trabalho contempla a prestação de atendimento com alto padrão de qualidade, eficiência e rapidez, voltados à facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos de competência do Estado e de outros entes parceiros, tais como o Governo Federal e Municípios, simplificando as obrigações de natureza burocrática e ampliando os canais de comunicação entre o Estado e o cidadão, tendo como principais características:

- Atendimento com conforto e agilidade;
- Aumento da eficiência e qualidade na prestação dos serviços;
- Economia de tempo e esforço;
- Procedimentos padronizados;
- Ambientes humanizados;
- Pessoal treinado e capacitado constantemente, sendo prevista a operação, em média, com 80% de empregados privados e 20% de servidores públicos;
- *Design* moderno e funcional.

Imagem 01 –Vista Interna Entrada



Imagem 02 –Vista Interna Atendimento



3 Benefícios

A proposta de criação de um novo modelo de gestão para as Unidades GANHA TEMPO, através de PPP - Parceria Público-Privada, consiste na expansão da oferta de serviços públicos e

privados dentro de um modelo integrado de atendimento para disponibilizar ao cidadão pontos únicos de acesso a informações e serviços.

A iniciativa ampliará consideravelmente a oferta de serviços nos padrões estabelecidos para as novas Unidades GANHA TEMPO, através de articulações e parcerias junto com os órgãos públicos prestadores de serviços, devidamente conduzidas pela Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SETAS.

O modelo idealizado no formato de parceria público-privada consiste em expandir a oferta de serviços públicos e privados dentro de um sistema integrado de atendimento, ficando sob responsabilidade do parceiro privado, denominado Concessionário, a construção e/ou reforma, implantação, gestão, operação e manutenção das unidades com observância das diretrizes, critérios técnicos e indicadores de desempenho estabelecidos pelo Governo de Mato Grosso.

Entre os benefícios que o Projeto PPP GANHA TEMPO trará, destacam-se:

- Parceria entre setor privado e setor público;
- Contrato unificado de prestação de serviços;
- Garantia da qualidade de atendimento a longo prazo (previsão de 15 anos de contrato para o Lote 1);
- Avaliação do operador privado com base no desempenho de suas atividades;
- Maior integração de órgãos e serviços;
- Flexibilidade na contratação de funcionários;
- Utilização de servidores públicos apenas em atividades indelegáveis (20% do quadro total de empregados);
- Realização de capacitação contínua;
- Investimento diluído ao longo do prazo de concessão;
- Garantia de infraestrutura atualizada;
- Inovações tecnológicas em constante atualização;
- Melhoria da imagem do serviço público;
- Ampliação da oferta de serviços públicos à população;
- Aumento da visibilidade da presença do Estado na solução de problemas do cidadão;
- Otimização da utilização de recursos;
- Estruturas físicas adequadas ao atendimento ao cidadão.

4 Localidades Atendidas

7 Unidades: sendo 1 na capital (Cuiabá) e 6 no interior do estado, nos municípios de Barra do Garças, Cáceres, Lucas do Rio Verde, Rondonópolis, Sinop e Várzea Grande.

Região circunvizinha de abrangência: 39 (trinta e nove) municípios, totalizando 722.423 habitantes.

Imagem 01 - Localização das novas Unidades Ganha Tempo



5 Estimativa de Demanda

Órgão	Cuiabá		Rondonópolis		Sinop		Cáceres		Barra do Garças		Lucas do Rio Verde		Várzea Grande	
	Diária	Mensal	Diária	Mensal	Diária	Mensal	Diária	Mensal	Diária	Mensal	Diária	Mensal	Diária	Mensal
TOTAL DIA	2.091	41.820	1.356	27.120	1.113	22.260	714	14.280	459	9.180	375	7.500	515	10.291
PORTE DAS UNIDADES	Grande Porte		Médio Porte		Médio Porte		Médio Porte		Pequeno Porte		Pequeno Porte		Médio Porte	

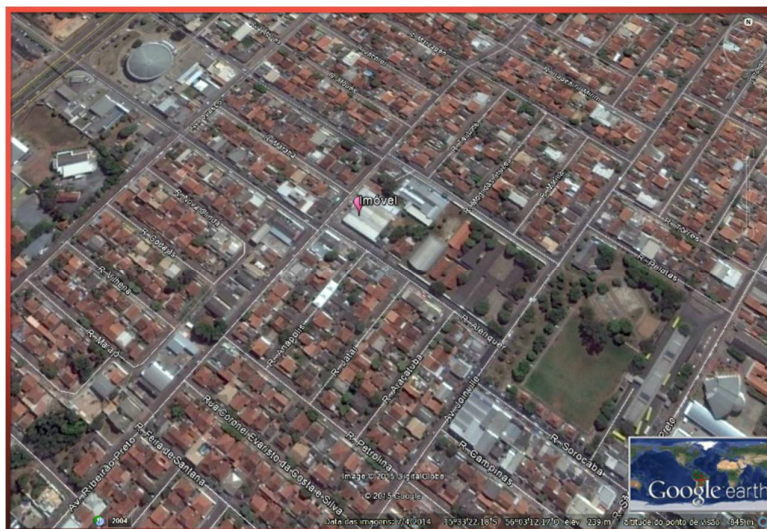
Total de demanda diária estimada: 6.623 atendimentos

6 Órgãos e Serviços por Unidade GANHA TEMPO

Os estudos realizados possibilitaram identificar um mix de órgãos e serviços que refletem a demanda dos cidadãos e o interesse dos organismos públicos e privados contatados em descentralizar e ampliar o seu atendimento. O resultado foi à reunião de 21 órgãos com a prestação de aproximadamente 102 serviços distribuídos da seguinte forma: 13 órgãos estaduais, 04 órgãos federais e 03 órgãos privados, além de 01 unidade de atendimento bancário para pagamento de taxas nas unidades Ganha Tempo.

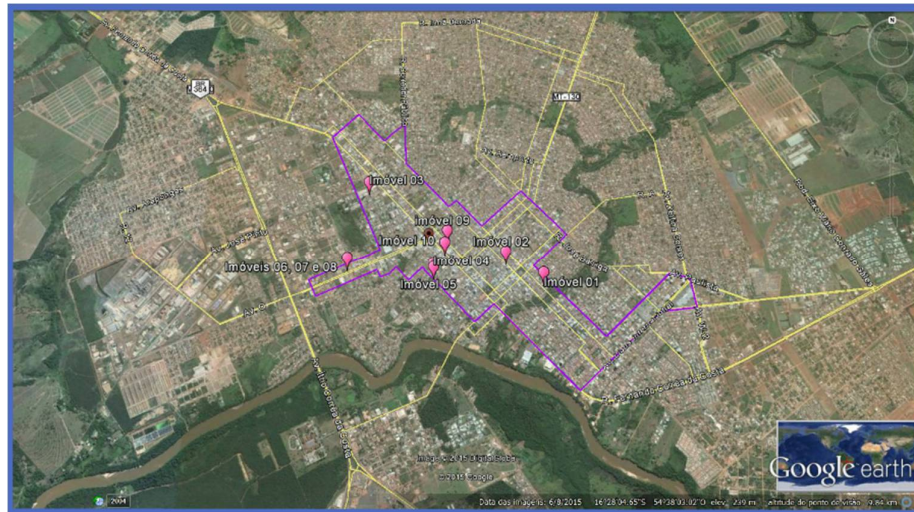
7 Municípios - Poligonal de Localização/Áreas de Interesse

IMAGEM 01 – LOCALIZAÇÃO IMÓVEL DE CUIABÁ



Em Cuiabá, a Unidade GANHA TEMPO será instalada no CPA I em imóvel de propriedade do Estado de Mato Grosso.

IMAGEM 02 – POLIGONAL DE RONDONÓPOLIS



Em Rondonópolis, a Unidade GANHA TEMPO deverá ser instalada em imóvel cedido pelo Município e localizado ao lado da Feira Municipal.

IMAGEM 03 – POLIGONAL DE SINOP



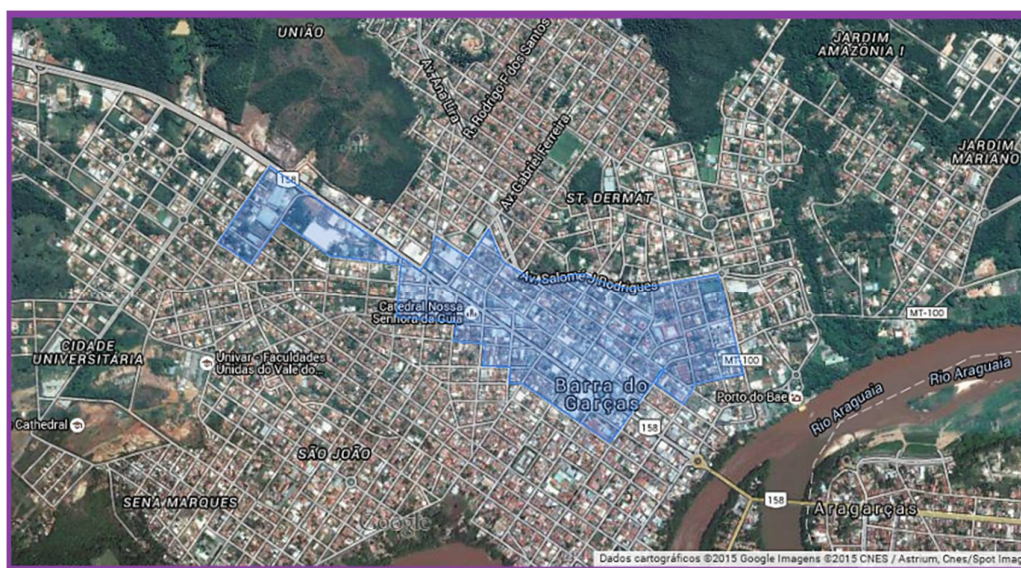
Em Sinop, a Unidade GANHA TEMPO deverá ser instalada em imóvel cedido pelo Município e localizado na região central.

IMAGEM 04 – POLIGONAL DE CÁCERES



Em Cáceres, a Unidade GANHA TEMPO deverá ser instalada em imóvel cedido pelo Município e localizado ao lado Prefeitura Municipal.

IMAGEM 05 – POLIGONAL DE BARRA DO GARÇAS



Em Barra do Garças, a Unidade GANHA TEMPO será instalada em imóvel de propriedade

do Estado de Mato Grosso.

IMAGEM 06 – POLIGONAL DE LUCAS DO RIO VERDE



Em Lucas do Rio Verde, a Unidade GANHA TEMPO deverá ser instalada em imóvel cedido pelo Município e localizado na região central.

IMAGEM 07 – POLIGONAL DE VÁRZEA GRANDE



Em Várzea Grande, a Unidade GANHA TEMPO deverá ser instalada em imóvel cedido pelo Município e localizado nas proximidades do Ciretran e do Aeroporto Marechal Rondon.

8 Modelo de Governança

Consiste na adoção de um modelo de gestão integrada que tem por finalidade a consecução do objetivo comum: a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão no Estado de Mato Grosso, estabelecendo-se normas e padrões de convivência a serem seguidos pelos Órgãos Parceiros, de forma a atender as necessidades dos cidadãos e garantir a satisfação dos mesmos, contribuindo com o novo padrão a ser estabelecido para a prestação de serviços públicos.

A definição de procedimentos que padronizem os processos de atendimento, disciplinem a coexistência de culturas organizacionais diversas e o uso adequado das instalações e equipamentos, além de estabelecer indicadores que facilitem o monitoramento do funcionamento das unidades visando a correção de falhas e a melhoria contínua dos serviços prestados são o pressuposto básico e, para sua efetivação, deverá haver uma rede interorganizacional estruturada com clara definição de responsabilidade das partes envolvidas.

Aliado a definição das competências e da matriz de responsabilidade, as unidades serão estruturadas dentro de um modelo sistêmico, no qual todas as unidades seguirão normas e procedimentos funcionais, com base nas diretrizes do Poder Concedente, proporcionando o mesmo padrão de atendimento e de gestão administrativa e operacional, subdivididos em áreas de atuação: gestão administrativa e financeira, gestão de pessoas, gestão de qualidade, gestão de tecnologia da informação e comunicação e gestão de infraestrutura.

9 Modelo Econômico-Financeiro

O modelo econômico-financeiro foi desenhado para garantir o alinhamento do interesse público na prestação dos serviços ao grau de investimento realizado pelo parceiro privado. Prevê o pagamento público diretamente relacionado com a quantidade de atendimento realizado pelo parceiro privado, sujeito a variação decorrente da aferição de indicadores de desempenho,

iniciando-se o desembolso após a entrada em operação da infraestrutura, além de permitir ao parceiro privado gerar receitas acessórias, sendo essas compartilhadas com o Governo.

A alocação dos riscos foi definida por diversos setores do governo que estabeleceu e identificou os riscos transferíveis e retidos para melhor alocá-los, tendo como premissa a análise criteriosa das variáveis do projeto, a identificação de possíveis riscos, a alocação àquele que tem melhor condição de mitigar ao menor custo e determinação sobre item de custo esse risco impactaria caso viesse a ocorrer.

Para elaboração do modelo, utilizou-se a premissa de fluxo de caixa descontado para o cálculo da contraprestação pelo parceiro público a um nível seguro de atratividade para o empreendimento, contemplando uma remuneração compatível com a rentabilidade de investimentos semelhantes e o custo de oportunidade do capital a ser investido no empreendimento.

Como premissas tributárias, foram levados em consideração os impostos incidentes sobre o escopo do projeto: PIS, COFINS, IRPJ, ISS e CSLL.

10 Modelo Jurídico

Amparado na legislação que rege a Parceria Público-Privada (PPP), em especial à Lei Federal n.º 11.079/04, Lei Federal n.º 8.987/95, Lei Federal n.º 8.666/93, Lei Estadual n.º 9.641/2011 e demais normativos aplicáveis ao setor.

Trata-se de contrato de prestação de serviços, na modalidade de concessão administrativa, em que a Administração Pública é usuária, direta ou indireta, que envolve a execução de obra e o fornecimento e instalação de bens, tendo como fonte de receita o pagamento da contraprestação pública.

Prevê o pagamento de remuneração fixa para a recuperação dos investimentos e variável, conforme metas e padrões de qualidade dos serviços prestados, definidos no contrato, sendo que após a disponibilização dos serviços é que haverá o desembolso da contraprestação.

O contrato será celebrado entre a Administração Pública e a SPE (Sociedade de Propósito Específico) a ser constituída pelo licitante vencedor.

O procedimento prévio consiste na realização de consulta e audiência pública para realização da concorrência pública admitindo-se a participação de licitante isolado ou em consórcio, com critério pautado em melhor técnica e preço.

O prazo contratual é de 15 (quinze) anos, com a contraprestação submetida a fator de desempenho. A gestão e fiscalização fica a cargo da Administração Pública e do Verificador Independente contratado para essa finalidade.

11 Valor Projetado do Investimento

O valor inicial projetado do investimento privado é de R\$ 35,5 milhões.

12 Garantia

A garantia deste contrato será composta por recursos próprios do Governo do Estado equivalente ao valor de 06 (seis) contraprestações depositados em conta corrente específica vinculada ao contrato.

13 Qualidade

O Coeficiente de Eficiência – COEF, será calculado com base nos indicadores de cada Unidades de Atendimento GANHA TEMPO e será aplicado no cálculo da Contraprestação Pecuniária como forma de associar o desempenho da Concessionária à sua remuneração.

- Periodicidade: Mensal.

O COEF será obtido por meio da seguinte fatores:

- GSA = Grau de Satisfação do Atendimento;
- QI = Qualidade da Infraestrutura;
- QP = Qualificação de Pessoal.

14 Cronograma de Implantação

O Projeto PPP GANHA TEMPO está em fase de apresentação à sociedade em Consulta Pública e Audiência Pública, pelo período de 30 dias, podendo ser prorrogado a critério da Administração Pública.

A previsão de início da operação das Unidades é o segundo semestre de 2016, obedecendo a cronograma de entrega estabelecido pelo Governo do Estado e atendendo a critério técnicos como a complexidade da construção, reforma ou adequação do imóvel e o interesse público.

Cuiabá-MT, 25 de novembro de 2015.

MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S/A.